
MEMÓRIAS COMO ARTICULAÇÃO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA: O CASO JK

Memoirs as articulation between literature and history: the JK case

Paulo Bungart Neto¹

RESUMO: O artigo discute a relação entre literatura e história a partir do ensaio biográfico *JK: Memorial do exílio* (1982), de Carlos Heitor Cony, do romance *A serviço del-Rei* (1984), de Autran Dourado, bem como de seu volume de memórias, intitulado *Gaiola aberta* (2000). Baseado em conceitos de teóricos como Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e sobretudo Hayden White, que considera o discurso histórico como uma mescla de objetividade e representação literária, o artigo explicita de que maneira podemos compreender a atuação política de Juscelino Kubitschek de Oliveira como um fenômeno passível de ser representado tanto através da história e da memória coletiva da época, quanto através da elaboração literária e da memória individual daqueles que com ele conviveram e trabalharam.

PALAVRAS-CHAVE: Juscelino Kubitschek; Autran Dourado; Carlos Heitor Cony; Memórias; Literatura e História.

ABSTRACT: The article discusses the relation between literature and history from the biographical essay *JK: Memorial do exílio* [*JK: Memorial of exile*], 1982, by Carlos Heitor Cony, from the novel *A serviço del-Rei* [*In the service of the king*], 1984, by Autran Dourado, and from his memoirs, named *Gaiola aberta* [*Open cage*], 2000. Based on concepts of theoreticians such as Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs and mainly Hayden White, who considers the historical discourse as a mixture of objectivity and literary representation, the article exposes in which way we can understand the political performance of Juscelino Kubitschek de Oliveira as a phenomenon susceptible of being represented through the history and the collective memory of that period, as well as through the literary elaboration and the individual memory of whom lived and worked with him.

KEYWORDS: Juscelino Kubitschek; Autran Dourado; Carlos Heitor Cony; Memoirs; Literature and History.

INTRODUÇÃO

No ensaio “O avesso da escrita: Intelectuais a serviço de JK” (*Janelas indiscretas*, 2011, p. 119-135), Eneida Maria de Souza aborda a peculiaridade que caracteriza as administrações públicas de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): o fato, inédito até então na política

¹ Doutor, UFGD, Dourados (MS).

brasileira, de o médico mineiro ter se cercado de inúmeros escritores como assessores de governo. Seja na condição de governador de Minas Gerais (1951-1955), seja como Presidente da República (1956-1961), JK seguiu à risca o conselho de Augusto Frederico Schmidt, evocado nas memórias de um de seus colaboradores mais assíduos, o romancista Autran Dourado (*Gaiola aberta*, 2000). A lista, como se verá, é impressionante, e atesta a repercussão do seguinte conselho do poeta e editor:

Logo no início do governo JK, o Schmidt aconselhou-o a conviver com gente mais culta e inteligente. Cafajeste é para campanha, para carregar nos ombros, disse ele. Já tenho os meus escritores, que não me dão problemas, disse JK. Mas você não convive com eles, não os convida para almoçar e jantar, não lhes dá importância, disse o poeta. Eles são máquina de trabalhar, mas de qualquer maneira dão nome ao seu governo. Quando chega a hora de jantar estão mortos de cansaço. (DOURADO, 2000, p. 167)

A grande quantidade de escritores modernistas empregada por JK como colaboradores de seus governos estadual e federal permite concluir que o conselho acima encontrou a devida ressonância no espírito vanguardista de um político que pensou um projeto modernizador para o Brasil (o chamado “50 anos em 5”), a despeito do aumento da inflação e de nossa dívida externa, ocasionada, sobretudo, pela construção de Brasília. Além de Augusto Frederico Schmidt e Autran Dourado (este, tendo participado como oficial de gabinete no governo de Minas e como secretário de imprensa na presidência), JK foi assessorado, dentre outros, por: Affonso Ávila, Alphonsus de Guimaraens Filho, Fábio Lucas, Cristiano Martins, Rui Mourão e Murilo Rubião no governo estadual; Cyro dos Anjos, Josué Montello, Álvaro Lins, Francisco de Assis Barbosa e Antônio Houaiss na presidência (SOUZA, 2011, p. 121).

O número é expressivo e representa uma mudança de mentalidade na maneira de governar e de se decidir os destinos do país. Enquanto Getúlio Vargas se cercara da confiança de um capataz (Gregório Fortunato) de seus tempos de fazendeiro no Rio Grande do Sul (metáfora da perpetuação das oligarquias e aristocracias rurais), Juscelino Kubitschek contava com a inteligência sofisticada e tino empresarial do poeta Augusto Frederico Schmidt², que escrevia a maior parte de seus discursos, e com intelectuais do

2 Augusto Frederico Schmidt (1906-1965). Além de dono da Livraria Schmidt Editora, que lançara escritores como Graciliano Ramos, Rachel de Queiróz e Jorge Amado, o poeta foi sócio

porte do crítico Fábio Lucas e do contista Murilo Rubião. A distância entre diferentes pontos de vista e atitudes é ainda maior se se considerar que o médico JK já se tornara homem público durante o governo Vargas, tendo sido prefeito de Belo Horizonte entre os anos de 1940 e 1945.

Quando se pensa a relação entre literatura e história a partir da atuação política de Juscelino Kubitschek, não se pode deixar de lado a figura do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, autor de *JK: Memorial do exílio* (1982), escrito, segundo o próprio Cony, com a “(...) pretensão (talvez absurda, talvez explicável) de ser a continuação das memórias de JK, a crônica do seguimento natural de sua trajetória política e pessoal” (1982, p. XIV). Nos itens seguintes, procurarei demonstrar de que modo se dá, no caso específico do governo JK, a relação entre literatura e história, mediada tanto pela pesquisa biográfica realizada por Carlos Heitor Cony, quanto pela mescla de testemunho (*Gaiola aberta*, suas “memórias palacianas” do período) e ficcionalização (*A serviço del-Rei*, 1984) efetuada por Autran Dourado.

CARLOS HEITOR CONY: JORNALISMO E LITERATURA A SERVIÇO DA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

Em *História e memória*, Jacques Le Goff encerra o capítulo “Memória” afirmando que:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (2003, p. 471)³

majoritário da ORQUIMA S.A., indústria precursora da exploração de energia nuclear no Brasil, encampada pela Nuclebrás durante o período da ditadura militar, em 1975.

3 Alguns parágrafos antes, Le Goff ressaltara a importância da memória para a configuração de certa identidade, seja ela particular ou coletiva: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2003, p. 469; grifo do autor). Assim, é lícito compreender os episódios destacados por Carlos Heitor Cony como representativos de certa visão “coletiva” da intelectualidade brasileira a respeito de nossos presidentes e estadistas, tendo-se sempre em mente o conceito de Maurice Halbwachs segundo o qual “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (...)” (2006, p. 69), uma vez que “É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as idéias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 64).

Contribuir para a “libertação” e não para a “servidão” do cidadão brasileiro, visando o “futuro” da nação e a perpetuação de uma “memória coletiva” sobre a nossa política, é o que justifica o engajamento apartidário do jornalista, cronista e romancista Carlos Heitor Cony, autor de dois importantes ensaios biográficos sobre ex-presidentes da República do Brasil, justamente aqueles que são considerados por muitos como os dois grandes estadistas de nossa história republicana: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Após ter tido a coragem de combater, através de crônicas publicadas ao longo de 1964 no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro (posteriormente reunidas em livro sob o título de *O ato e o fato*), os desmandos e arbitrariedades dos militares após o golpe de 31 de março daquele ano, Cony, fiel a sua “missão”, implicitamente assumida, de compreender os destinos políticos do país, acrescenta à pesquisa biográfica, em ambos os casos, recursos típicos do discurso ficcional, a partir do argumento de que há inúmeras versões sobre as histórias relatadas, tornando difícil sua comprovação documental.

Por isso, em *Quem matou Vargas: 1954 – Uma tragédia brasileira* (1974), esclarece, já no primeiro parágrafo do Prefácio:

Este livro não é nem pretende ser uma biografia de Getúlio Vargas: é apenas uma interpretação. Uma – e não a interpretação. Procurei situar a sua figura de estadista dentro de um tempo maior do que realmente viveu. (CONY, 1974, p. 7)

“Uma” interpretação, e não “a” interpretação, isto é, um determinado “ponto de vista sobre a memória coletiva”, como ensina Halbwachs no fragmento citado em nota de rodapé. Além disso, a opção pelo ensaio biográfico complementado por recursos ficcionais é assumida não sem certa ironia, em nome de uma suposta verossimilhança que não prejudicaria “(...) a grandeza de sua figura política nem a complexidade de sua figura humana” (1974, p. 9). Utilizando métodos pouco ortodoxos, inaceitáveis para um historiador tradicional, Cony admite que a solução adotada “(...) foi tirar a média dos diversos relatos orais e escritos que consegui, e, quando não obtinha essa média, optava por uma das versões (...)” (1974, p. 8-9). Ao optar por um método subjetivo de pesquisa, Cony se aproxima do ponto de vista defendido por Hayden White em *Trópicos do discurso* (2001), segundo o qual uma narrativa histórica é “(...) uma representação que é uma

interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa” (2001, p. 65)⁴.

Como se vê, ao leitor do ensaio de Carlos Heitor Cony é concedida a liberdade de dar crédito ou não à “interpretação” do autor e ao teor das entrevistas realizadas e, conseqüentemente, ao seu “ponto de vista”, diluindo-se o limite (cada vez mais impreciso) entre literatura e história. Supondo serem verdadeiras as informações contidas no estudo, sobretudo no último capítulo, intitulado “A vida e a história”, que trata da crise causada no Governo Vargas pelo malfadado atentado cometido contra Carlos Lacerda a mando de Gregório Fortunato, e que culminaria no suicídio do estadista a 24 de agosto de 1954, Carlos Heitor Cony comenta aquele que seria o último contato entre os dois presidentes biografados, uma vez que Getúlio, dias antes de sua morte, fora a Belo Horizonte, “(...) a convite do Governador Juscelino Kubitschek, inaugurar as instalações de uma usina siderúrgica” (1974, p. 212).

Além do protocolar encontro, é curiosa a coincidência de ambos terem em alta conta as opiniões de Augusto Frederico Schmidt, que escrevia a maior parte dos discursos de Juscelino Kubitschek e que, devido à importância de sua contribuição, é um dos protagonistas das recordações de Autran Dourado, sendo citado no subtítulo de seu volume de memórias. Em *Quem matou Vargas*, descobre-se que, na véspera de seu suicídio, o estadista gaúcho despachou com populares e com o escritor, não “escapando”, assim como JK, de seus “visionários” conselhos:

O Palácio do Catete estava iluminado desde o fim do expediente do dia anterior. Um dia que ele fizera questão de cumprir rotineiramente, recebendo pessoas, despachando o expediente. Uma comissão de donas de casa fôra visitá-lo, levaram-lhe um memorial sobre a carestia de vida, ele ouviu as queixas e encaminhou as solicitantes aos departamentos competentes. O poeta Augusto Frederico Schmidt pedira-lhe audiência: viera conversar sobre areias monazíticas, assunto bem pouco apropriado para um poeta, mas aproveitara a

4 Sobretudo no capítulo “O texto histórico como artefato literário” (2001, p. 97-116), Hayden White desenvolve o polêmico conceito segundo o qual as narrativas históricas configuram “(...) ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (p. 98; grifos do autor). Ideia inaceitável e incômoda para um historiador tradicional, para White os acontecimentos históricos podem ser contados “(...) de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e a dotá-los de sentidos diferentes” (p. 101), procedimento semelhante, portanto, ao recurso da ficcionalização.

oportunidade para dar-lhe conselhos, um tanto sinistros, mas sempre conselhos. (CONY, 1974, p. 215)

Voltando à análise da interpretação subjetiva dos fatos, que Cony privilegia ao falar de personalidades históricas da cultura e política brasileiras, louve-se a isenção com que o jornalista decide escrever até mesmo sobre aqueles por quem, em seu tempo de seminarista, não nutria a mínima simpatia:

Vi Getúlio Vargas apenas uma vez na vida. Vi e não gostei. Ajudava o Cardeal Dom Sebastião Leme em uma cerimônia na catedral e de repente passei por um homem ajoelhado num suntuoso genuflexório, próximo ao altar. Sabia que aquele homem não era católico, nem acreditava em Deus. Por que ajoelhar-se então? Por cortesia, por bajulação à Igreja? (CONY, 1974, p. 9)

A mesma rejeição à figura de Getúlio Vargas, Carlos Heitor Cony tivera, em 1964, em relação a Juscelino Kubitschek, conforme se depreende da leitura da crônica “O sangue e a pólvora”, de 4 de junho, veiculada originalmente no jornal *Correio da Manhã* e incluída na citada coletânea *O ato e o fato* (2004), série de denúncias das violências e violações à Constituição cometidas durante (e após) a instalação do regime militar no país. Não sendo, à época, simpatizante de JK, Cony é imparcial a ponto de criticar a perseguição dos militares ao ex-presidente e defender seu direito a concorrer a uma suposta eleição presidencial em 1965, eleição que, como sabemos, nunca ocorreu. Leia-se a seguir o último parágrafo da crônica, para que se compreenda a isenção de um defensor da democracia, à qual prioriza em detrimento de diferenças partidárias e ideológicas, e ainda por cima com boa dose de humor e de aparente contradição:

O governo JK abriu imensas perspectivas para o Brasil. Rasgou o Oeste – uma de nossas metas encravadas há séculos, desde que os bandeirantes se aposentaram para sempre. Não se rasga uma região interiorana com marchas pela família, terços e procissões. Abre-se a facão, a foice, a trator. O Oeste norte-americano foi rompido e conquistado na base do banguê-banguê. O tempo das diligências custou sangue e pólvora, mas a História absolve às vezes o sangue e a pólvora. Não absolve nunca é a estupidez e a tirania. Sou pela manutenção dos

direitos políticos do Sr. Juscelino, para ter o prazer de não votar nele. (CONY, 2004, p. 109)

O opositor de 1964 é o mesmo intelectual que, quase vinte anos depois, escreveria, com prefácio de Jorge Amado (p. IX-XI), a obra *JK: Memorial do exílio* (1982). No “Prefácio do Autor” (p. XIII-XVI), conforme menciono na Introdução, Cony explica que seu ensaio possui a “pretensão” de ser a continuação das memórias de Juscelino Kubitschek, iniciadas a partir da sugestão de Adolpho Bloch, editor e amigo íntimo de JK, a quem Cony homenageia através de um capítulo incluído em suas memórias *Eu, aos pedaços* (2010, p. 196-197). Com a colaboração do *ghost writer* Caio de Freitas, que redigira os primeiros títulos, JK, segundo Cony, já havia começado a organizar documentos que viriam a fazer parte do volume *Mil dias de exílio*, “(...) referente aos três anos em que fora obrigado a viver no exterior”, após o início das perseguições dos militares (1982, p. XIII). Estando Freitas adoentado, Carlos Heitor Cony o substituiu na função de redator das memórias do ex-presidente, deixando explícito o recorte temporal efetuado: “Este livro integra o projeto editorial das *Memórias de JK*, compreendendo o período entre 31 de janeiro de 1961, dia em que Juscelino Kubitschek passou o poder a seu sucessor, e 22 de agosto de 1976, data de sua morte” (CONY, 1982, p. XIII).

Nesse esclarecedor prefácio, Cony também afirma que JK cultivava com certa regularidade o gênero epistolar, além de redigir um diário íntimo que por pouco não lhe trouxera complicações políticas à época em que exercia o cargo de presidente⁵. Em uma “interpretação” menos subjetiva do que aquela utilizada em *Quem matou Vargas*, Cony resume os principais acontecimentos envolvendo Juscelino Kubitschek após o término de seu mandato presidencial: a transmissão do cargo a Jânio Quadros; a renúncia deste a 25 de agosto de 1961; o plebiscito sobre o Parlamentarismo e a renúncia de Tancredo Neves ao cargo de Primeiro Ministro, em 26 de junho de 1962; o golpe militar, ocorrido no fim de março de 1964, e o fato de os militares começarem a incomodar Juscelino apenas setenta e duas horas após

5 A esse respeito, ver em *Gaiola aberta* episódio no qual Autran Dourado adquire, a mando de JK, os originais do diário que tinha ido parar nas mãos de um chantagista (2000, p. 177-183). Nesse diário, segundo Dourado, JK registrava, através de abreviações dos nomes das mulheres, os diversos casos extraconjugais que tivera. A prática da redação de diário, ao que parece, acompanhou vários períodos da vida do ex-presidente. Em *Dossiê Brasil*, Geneton Moraes Neto afirma: “Durante os últimos anos de vida, JK vinha se dedicando à tarefa de escrever diários que serviriam de base para a publicação de suas memórias. Trechos dos diários estavam com o presidente dentro do Opala em que ele morreu” (1997, p. 38). No capítulo “Exército recolhe confissão junto ao corpo de Juscelino: ‘Penso no absurdo da minha vida’” (p. 38-41), Geneton transcreve alguns trechos da “confissão”.

o golpe: passado para trás por Castelo Branco (a quem empossara como general durante seu governo), que havia prometido eleições presidenciais para o ano de 1965, JK, durante os meses que se seguiram ao golpe, além de suportar a quebra da palavra do mandatário, teve de se submeter a inúmeros, intermináveis e constrangedores IPMs (Inquérito Policial Militar), mesmo com a saúde debilitada; a cassação de seus direitos políticos e mandato de Senador, a 8 de junho de 1964; a partida para o exílio, primeiramente em Madri e em seguida em Nova Iorque, ainda em junho de 1964; e, finalmente, dentre outros importantes episódios, sua prisão após a decretação, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁶.

Ao se analisar o “caso JK”, percebe-se que a interface entre literatura e história está presente não somente no fato de grandes escritores como Autran Dourado e Carlos Heitor Cony terem escrito memórias ou ensaios biográficos sobre ele, mas também no interesse que o próprio ex-presidente, “(...) cada vez mais atraído para o ofício de escrever” (CONY, 1982, p. 143), demonstrava pela literatura, interesse manifestado através de textos confessionais e resenhas críticas: “Além de cartas e impressões esparsas de viagens, ele se impôs uma disciplina severa a fim de conseguir terminar suas memórias – tarefa que Adolpho Bloch cobrava-lhe com insistência” (1982, p. 143). Coligidos os quatro primeiros volumes por Caio de Freitas em meados de 1969, o governo militar proibira a impressão e distribuição da obra, que veio a lume cinco anos depois:

Somente em 1974, depois de muitas consultas e compromissos, foram editados os primeiros volumes de suas memórias, *A Experiência da Humildade*, e um volume à parte, intitulado *Por Que Construí Brasília*, a condensação de sua trajetória pública encerrada com o *grand finale* da inauguração da nova capital. (CONY, 1982, p. 143)

Já o exercício da crítica literária se deve, na opinião do biógrafo, ao interesse crescente do ex-presidente pelo universo do jornalismo, motivado pela sua convivência praticamente cotidiana com o dono da editora Bloch, após a volta do exílio. Afirma Cony:

6 Conferir o trecho: “Foram muitos os presos do AI-5. Nas primeiras horas, foram detidos e encaminhados a diferentes quartéis os líderes da Frente Ampla. Carlos Lacerda foi apanhado em casa e levado para o quartel da Polícia Militar na Rua Frei Caneca. Juscelino Kubitschek, que na véspera havia recebido no Maranhão a homenagem de um banquete do Governador José Sarney, tinha voltado ao Rio para assistir à formatura do filho de um amigo no Teatro Municipal. A saída, um pequeno grupo de oficiais o deteve e o levou para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, no então Estado do Rio” (CONY, 1982, p. 132-133).

Freqüentando a sede de *Manchete* diariamente, JK começa a tomar gosto pelo jornalismo. (...) Escreve sobre os livros saídos na ocasião, faz crítica de *Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello. Ao morrer, levava consigo um exemplar de *O Jerusalem*, de Dominique Lapierre e Larry Collins. Havia prometido uma resenha para o próximo número de *Manchete*. (1982, p. 143)

O “gosto” de Juscelino Kubitschek por literatura e jornalismo, durante os últimos anos de sua vida, culmina com a indicação de seu nome, em 1975, para concorrer a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, em disputa com o escritor goiano Bernardo Élis. O episódio é abordado em *Dossiê Brasil*, de Geneton Moraes Neto, e nas memórias de Jorge Amado, *Navegação de cabotagem* (1992). Ambos citam o diário de Josué Montello como fonte comprobatória dos bastidores do episódio e atribuem o resultado da disputa a uma manobra política dos militares e não a critérios literários (pelos quais, diga-se de passagem, a obra de Élis é igualmente merecedora). Ao evocar os acadêmicos que, como José Américo de Almeida, mudaram o voto “em cima da hora”, para atender a pressões “superiores”, afirma Jorge Amado: “Outros, vários outros deixaram de votar em Kubitschek pressionados pelos gorilas para quem a derrota do ex-Presidente, civil e democrata, tornara-se ponto de honra” (1992, p. 284). É tão profunda a preocupação dos militares com o que a imagem bem sucedida de JK como líder democrata representava que, para impedir sua eleição, chegaram a ignorar a militância comunista de Bernardo Élis, paradoxalmente afastado, alguns anos antes, pelos próprios militares, de seu cargo de professor na Universidade Federal de Goiás. O depoimento de Jorge Amado comprova o quanto a disputa pela cadeira de imortal, nesse caso, tornou-se um mero jogo de forças políticas entre ditadores (no poder) e democratas (na oposição), a ponto de influenciar o voto do próprio romancista baiano, companheiro de militância de Élis no Partido Comunista, a quem trata como amigo e talentoso escritor:

Na eleição em que foi eleito, não pude votar em Bernardo apesar da admiração pelo escritor e da estima pelo companheiro. Acontecia a candidatura de Juscelino Kubitschek, não era escritor, não era meu amigo, mantínhamos relações de mútua simpatia, apenas. A circunstância política levou-me a votar nele e até fui acusado por Ney Braga, Ministro da Educação do general de plantão, de ser o inventor

da candidatura Kubitschek. Não era verdade: o mentor, o grande eleitor de Juscelino foi Josué Montello, seu amigo de todos os instantes. (AMADO, 1992, p. 283)

Segundo Jorge Amado, Josué Montello, mentor da candidatura do amigo (e ex-patrão) JK à ABL, comentou a árdua disputa em seu *Diário do entardecer*, inclusive dando conselhos ao experiente político (e inexperiente em eleições acadêmicas) sobre como conseguir os votos mínimos necessários. O diário de Montello também é referido por Geneton Moraes Neto no capítulo “Complô fecha portas da Academia Brasileira de Letras a JK” (1997, p. 58-68) de seu *Dossiê Brasil*, em episódio rotulado pelo crítico como “(...) uma história pontuada por intrigas” (p. 58). Geneton cita trechos do diário de Josué Montello, bem como cartas anônimas recebidas por este e por Austregésilo de Athayde, à época presidente da ABL, que comprovam o que ele chama de “complô” contra a candidatura JK. A manobra intimidante dos militares surte efeito e Juscelino Kubitschek, anteriormente eleito prefeito, governador e presidente da república através de voto popular, aceita resignadamente o resultado da única eleição que perdera ao longo de sua vida pública. O episódio, entretanto, não passaria em vão – segundo Moraes Neto, JK é, ainda hoje, “(...) um caso único de candidato derrotado que mereceu uma estátua da Academia” (1997, p. 68).

A preocupação de Carlos Heitor Cony em traçar um painel da “evolução” política da república brasileira, na segunda metade do século XX, teria ainda um último “capítulo”: as crônicas publicadas na *Folha de São Paulo*, entre 1994 e 2000, a respeito do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e reunidas em livro, com ilustrações de Angeli, no volume *O presidente que sabia javanês* (2000). Com o mesmo estilo contundente que caracterizara suas crônicas de *O ato e o fato* contra o golpe militar e o governo Castelo Branco, Cony combate o academicismo de FHC (a quem vê como “(...) um Collor metido a light”, p. 12) e principalmente seus desvios ideológicos e equivocadas políticas adotadas, como, por exemplo, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ao acusar, no Prefácio (p. 7), a substituição do “totalitarismo militar” pelo “totalitarismo econômico”, o cronista admite ter cometido, aqui, o mesmo “paradoxo” que o fez se decidir pela publicação das crônicas de 1964: a “tolice de esticar em livro o efêmero do jornal”. A justificativa para o arrependimento de ter eternizado em livro o “efêmero” da denúncia jornalística é o fato de, em sua opinião, serem as crônicas “trabalhos datados” que, dessa maneira, perderiam sua função original. O “arrependimento” não evita a reincidência, mesmo a contragosto, uma vez que o escritor não identifica mudanças profundas em nossa realidade social, por isso a necessidade de coligir os textos em livro:

Paradoxo ou contradição pessoal, mais uma vez estou cometendo a tolice de esticar em livro o efêmero do jornal. Fiz isso no passado, num momento em que julgava importante marcar uma posição contrária ao regime totalitário que se instalava no Brasil, em 1964. Relendo as crônicas daquele tempo, eu próprio não compreendo a miudeza dos atos e fatos que me levaram àquela atitude, mas dela não me arrependo. São trabalhos datados, certamente incompreensíveis à geração mais nova. Contudo, tiveram sua razão de ser. Se não salvaram a nação, acho que pelo menos salvaram a minha dignidade de cidadão humilhado e ofendido pela ditadura. (...) Acreditava que não reincidiria na tolice. Os tempos mudaram mas alguns dos problemas fundamentais da realidade social e política do país formaram um pano de fundo lamentável para nossas aspirações de nação e de povo. Continuamos enganados pelas elites que se revezam no poder. (CONY, 2000, p. 7)

Para indignação do cronista, que vê em FHC a continuidade vergonhosa das “elites que se revezam no poder”, os “problemas fundamentais da realidade social e política do país” pouco mudaram desde o golpe de 1964. A decepção com o governo FHC se acentua a partir da comparação com a administração de JK, vista por Cony como modernizante e empreendedora, o que lhe permite ironizar, em crônicas como “O moedor de carne” (p. 76), “Negação do Executivo” (p. 130) e “O filho do trovão” (p. 152), a comparação que FHC fez de si mesmo com Campos Sales e JK, “achando-se uma gentil mistura dos dois”: “A presunção, como a água benta, é grátis, toma quem quer e quanto quer” (p. 76). Identifica em FHC a apropriação do “mito JK” e a adoção de um “plano de metas” semelhante ao concebido pelo político de Diamantina já a partir de sua campanha eleitoral e “esporadicamente ao longo de seu primeiro mandato” (p. 152).

A distância entre as concepções ideológicas dos dois governantes atinge sua culminância na crônica “Pregos e pregão” (p. 28), de 24 de junho de 1995: para criticar as constantes privatizações ocorridas no governo FHC, Cony evoca, com base na correspondência de Juscelino, sua decisão categórica, ao ser aconselhado por técnicos brasileiros que sugeriram a venda de empresas estatais para custear o investimento em energia de empresários estrangeiros: “Não se vende patrimônio para custeio”. A decisão de JK é endossada pelo ponto de vista de Cony, que insiste na discrepância entre as atitudes divergentes através do trocadilho explícito no título da crônica:

Ele [JK] não teve a pretensão de mexer no Estado. Aceitou as regras do jogo. Mas tantos pregos botou pelo país afora que criou realmente um novo Brasil. Já o atual governo, além de não querer nada com os pregos, promove o pregão que está leiloando o que não é dele. (CONY, 2000, p. 28)

Ao fazer da literatura e do jornalismo armas para se combater o poder das “élites que se revezam no poder”, Carlos Heitor Cony deixa claro o contraponto entre a atitude subserviente de FHC e as conquistas sociais protagonizadas pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, demonstrando, através de suas crônicas e ensaios biográficos, que uma das funções do escritor é justamente a de, no dizer de Hayden White, dotar os eventos históricos de “sentidos diferentes” (2001, p. 101), tantos quanto forem necessários para o devido esclarecimento de fatos controversos, relativizados pela nem sempre clara interface entre literatura e história.

AUTRAN DOURADO E A FICCIONALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS

Em “Prosa literária atual no Brasil”⁷, Silviano Santiago, ao discutir “as rubricas memória e romance”, faz o seguinte comentário a respeito da literatura de José Lins do Rego e de Oswald de Andrade:

Se Lins do Rego não tivesse escrito no final da vida *Meus verdes anos*, não teríamos certeza de que a “ficção” de *Menino de engenho* era tão autobiográfica. O mesmo para Oswald de Andrade com o tardio *Sob as ordens de mamãe*, subseqüente ao *João Miramar* (SANTIAGO, 2002, p. 35)

De acordo com Santiago, o texto memorialístico “denuncia” a origem de determinados romances supostamente cem por cento ficcionais, mas que são, na verdade, narrativas híbridas, com componentes que pertencem tanto ao discurso autobiográfico quanto ao ficcional. Em outras palavras: para se compreender tal hibridismo, é preciso que o leitor primeiramente dê crédito às informações contidas no relato confessional (aquilo que Philippe Lejeune rotula como “pacto autobiográfico” entre o narrador de memórias e o leitor, voto de confiança à “veracidade” do narrado⁸), para, em seguida, “perceber”, no confronto das obras, os aspectos

⁷ *Nas malhas da letra*, 2002, p. 28-43.

⁸ Ver *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet* (2008).

que da evocação memorialística são reelaborados pelo discurso ficcional. Como geralmente o relato confessional vem a lume muito tempo depois da narrativa “híbrida”, há na compreensão e análise desta um fenômeno de inversão cronológica, como se as memórias, publicadas tardiamente, “desautorizassem” os críticos a continuarem considerando a narrativa como algo exclusivamente ficcional.

Silviano Santiago nota, com argúcia, o quanto são “autobiográficos” romances como *Menino de engenho*, de José Lins do Rego, e *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, conclusão a que seria impossível chegar caso os romancistas não tivessem escrito, posteriormente, volumes de memórias. A obra de Autran Dourado não foge a esta interessante característica apontada pelo crítico brasileiro: ao publicar, somente em 2000, suas “memórias palacianas” do tempo em que trabalhara como assessor de Juscelino Kubitschek (*Gaiola aberta*), Dourado permite ao leitor que considere como híbridos seu romance de formação, *Um artista aprendiz* (1989), e sobretudo a narrativa *A serviço del-Rei* (1984), ambos tendo como protagonista o *alterego* João da Fonseca Nogueira, personagem, segundo Eneida Maria de Souza, que “(...) exerce o papel de escriba das histórias da cidade imaginária Duas Pontes, sintomaticamente nomeada sob o signo da dualidade e sobre a qual se estrutura o ambiente de fantasia do autor” (2011, p. 130).

A dualidade apontada por Eneida de Souza não ocorre apenas no plano espacial: são inúmeras as situações em que cenas vividas pelos personagens, nos dois romances, equivalem diretamente, com pouquíssimas alterações, a episódios confessados em *Gaiola aberta*, também estes reelaborados a fim de se manter certo pudor ao se tratar de pessoas conhecidas, políticos cujas ações hoje pertencem ao domínio da história e da memória coletiva. Afirma a ensaísta:

Os bastidores do poder são interpretados, ao longo da narrativa, como acontecimentos ficcionalizados, ao receberem o toque pessoal do escritor e se integrarem ao imaginário da época. O leitor se frustra por não encontrar grandes cenas envolvendo o presidente, mas pequenas histórias descritas com sutileza e ironia, valorizando-se o cotidiano de pessoas famosas. A decisão sempre adiada de publicar as memórias foi motivada não só pela dificuldade de narrar experiências pessoais, mas pela possível reação dos antigos correligionários de Kubitschek. De fato, ao se sentirem traídos pela memória “distorcida” do escritor, não perceberam ser a narrativa

autobiográfica sujeita a invenções e interpretações de ordem pessoal. (SOUZA, 2011, p. 131)

Ficcionalizando acontecimentos, tanto na narrativa autobiográfica quanto nos romances, Autran Dourado parece querer comprovar a afirmativa de Hayden White, segundo a qual “(...) Não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado: a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma” (2001, p. 115). Apagam-se, portanto, os limites entre sonho e realidade, entre imaginação e memória, entre literatura e história. João da Fonseca Nogueira está bem consciente da diluição desses limites imprecisos. Em *Um artista aprendiz*, faz a seguinte reflexão:

Pra mim o imaginado vira o acontecido, é duro separar um do outro, do sonho então nem se fala, as coisas, as pessoas principalmente se fundem numa só massa, névoa aquosa dentro de mim, se dilatando, se espalhando, tudo de cambulhada, a gente sofre pra burro, o que eu realmente vivi? o que foi que eu inventei? (DOURADO, 1989, p. 4)

Diluídos tais limites, dissipadas “névoas aquosas” que acabam por confundir o vivido e o inventado, é possível encontrar o mesmo episódio reproduzido nos romances da década de 1980 e no relato confessional publicado na virada do século. O próprio Autran Dourado admite, neste último, que não tem “boa memória”, fato que acentua a imprecisão dos limites entre recordação e imaginação: “A maior dificuldade que sinto ao escrever estas páginas é o fato de que não possuo memória precisa para datas e alguns fatos, tenho de ficar rebuscando a lembrança, pedindo o auxílio de amigos e pessoas, sem dizer qual a serventia da informação” (2000, p. 20).

Ao leitor que compreender as três obras através de confrontos e contrastes, impressionará a quantidade de cenas comuns à ficção e às memórias de Autran Dourado. Em *Um artista aprendiz* (1989, p. 193), João filia-se ao Partido Comunista na clandestinidade, claramente descontente com a ditadura Vargas, da mesma forma como, admite o memorialista em *Gaiola aberta*, Dourado provocara a desconfiança dos correligionários e do próprio JK por ter, um dia, sido membro do mesmo partido⁹.

9 Conversando com JK a respeito de Fidel Castro, que, em visita ao Brasil, causara má impressão a Autran Dourado, o autor de *Sinos da agonia* assim responde à provocação do ex-presidente, que lembrara sua antiga ideologia política: “Tudo me diz que aquele barbudo vai adotar como rótulo de seu desejo de poder a doutrina marxista. Mas você não foi marxista? me disse JK. Vou ser sincero, presidente, disse eu. Pertenci ao Partido Comunista durante a ditadura do Estado Novo. Era a única safda que um jovem de dezoito anos achava para se afirmar e se

Eram muitos os líderes políticos que desagradavam Autran Dourado, extremamente incomodado com os “bastidores do poder”: Fidel Castro, Che Guevara, Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, dentre outros. A decepção com o líder comunista brasileiro, em episódio envolvendo sua estranha aliança com Getúlio, repercutiu tão fundo no autor a ponto de ser incluída em ambas as obras. No romance, o indeciso e céptico João discute com a engajada Aurélia. Nas memórias, a decepção é admitida sem subterfúgios, num tom direto e ressentido. Transcrevo as duas cenas a seguir, dispostas uma após a outra a fim de ressaltar a analogia entre a elaboração do discurso ficcional e autobiográfico:

No dia seguinte, ao abrir o jornal, João não pôde acreditar no que via: Luís Carlos Prestes segurando o microfone para Getúlio Vargas falar. Telefonou para Aurélia, foram-se encontrar. (...) Aurélia, você viu isto? disse ele mostrando-lhe o jornal. É chato, disse ela. Chato só não, Aurélia, é algo mais. Getúlio entregou a mulher dele aos nazistas e Prestes vem segurar o microfone pra ele! Eu não estava lá, desconheço as circunstâncias em que o fato se deu, disse ela. Aurélia, que circunstância! Não me diga uma coisa dessas. Quando ainda na prisão Prestes passou aquele telegrama a Getúlio, cumprimentando-o pelo reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, já estranhei. Ele apenas colocou o interesse do partido, de que é secretário geral, acima do seu caso pessoal, disse ela. (DOURADO, 1989, p. 158)

A minha primeira desilusão com Prestes, ele ainda na prisão, seguiu-se à decisão do partido de apoiar o ditador Getúlio Vargas, o mesmo Getúlio que entregara à Gestapo nazista Olga Benário Prestes, sua mulher, que veio a falecer num campo de concentração. (...) Quando Prestes saiu da prisão, nada me chocou mais do que ver uma fotografia dele segurando o microfone para Getúlio falar, num comício de 1º de maio no estádio do Vasco da Gama, em São Januário, como era hábito durante a ditadura. (DOURADO, 2000, p. 24)

manifestar. Mas nunca fui marxista. Quando vi que não podia suportar o marxismo-leninismo-stalinismo, que aquilo era um equívoco, deixei o partido” (DOURADO, 2000, p. 119). Em *A serviço del-Rei*, em diálogo com Maldonado, João se confessa ex-militante: “Não sou político, pertenci ao Partido Comunista, não pretendo voltar à militância. Não trabalharei mais para político, é só” (DOURADO, 1984, p. 24).

A analogia chega ao requinte de utilizar expressões praticamente idênticas (“Prestes segurando o microfone para Getúlio falar” etc). Tal aproximação, evidente e ao alcance da percepção de qualquer leitor atento a esses detalhes, é ainda maior ao se confrontar as memórias de Autran Dourado ao romance *A serviço del-Rei* (1984), publicado cinco anos antes de *Um artista aprendiz*. A similaridade é assumida abertamente no relato confessional, quando o autor, valendo-se de uma expressão de Eça de Queiróz, fala a respeito de uma das mais graves crises enfrentadas por Juscelino: “No governo de JK houve uma das mais sérias e duradouras greves de toda a história do sindicalismo brasileiro. No meu romance *A serviço del-Rei*, usando do ‘manto diáfano da fantasia’, apresentei a crueza de uma realidade ameaçadora” (DOURADO, 2000, p. 102).

Se o memorialista se refere, sem nenhum mistério, a aspectos relacionados à elaboração e realização de *A serviço del-Rei*, neste, era preciso, a fim de resguardar a “intimidade” das personalidades públicas envolvidas, limitar a narrativa ao “manto diáfano da fantasia”. Dessa forma, Augusto Frederico Schmidt, segundo o próprio Autran Dourado “a maior figura do governo Kubitschek” (2000, p. 9), no romance “desdobra-se” em dois personagens: Maldonado do Amaral e Quintiliano Dantas. Entre as páginas 45 e 47, o narrador descreve a delicada incumbência de João: comunicar a Maldonado a decisão de Saturniano de Brito (“equivalente” fictício de JK) de não mais indicá-lo a candidato à sucessão da prefeitura da cidade. Eis a descrição da reação do preterido:

João pensou que Maldonado fosse desmaiar. No ombro o roupão aberto, o corpo nu de um gigante cabeludo. Num movimento que Maldonado fez com o braço, o roupão caiu, e ele ficou nu em pêlo. E foi se agachando, se agachando, até abraçar as pernas do jovem escritor. (DOURADO, 1984, p. 47)

O estranhamento causado pela situação constrangedora, obviamente não calculada por João, dissipa-se através da leitura da cena, em tudo semelhante a esta acima, descrita em *Gaiola aberta*, na qual se percebe que a inusitada vestimenta era de fato utilizada por Schmidt em ambiente familiar. O motivo real da decepção com o governante, porém, não foi a candidatura ao cargo de prefeito, mas a não nomeação a embaixador, que Schmidt aguardava em retribuição à concepção da Operação Pan-Americana (OPA), projeto que traria novo ânimo ao governo JK. Explica Autran Dourado em *Gaiola aberta*:

No dia seguinte, o coração pesado, fui à casa de Schmidt. Lhe contei tudo o que o meu mestre mandara, incluindo a possível nomeação do Negrão de Lima, amigo de Schmidt de longa data, e que era ele, Schmidt, quem faria, com o pessoal da OPA, todo o seu Gabinete. Schmidt se dirigiu para os fundos do apartamento, gritando Yedda [sua esposa], venha cá. (...) Não demorou muito e ela estava diante de nós. Yedda, o Autran vai repetir para você o que acabou de me dizer. Repeti tudo o que dissera. O Juscelino é um canalha! disse ela. Mais do que um canalha, disse Schmidt. (...) Ele ergueu os braços para o alto, o robe de chambre caiu-lhe dos ombros. Os grandes olhos negros de Schmidt faiscavam, as mãos trêmulas, me pareceu que ele ia ter um acesso. Nu, grande e peludo, a situação que vivíamos era patética e ao mesmo tempo grotesca. Um longo silêncio se seguiu. (DOURADO, 2000, p. 91-92)

Na ficção, a OPA recebeu outro nome: Operação América Democrática. O mentor, no entanto, não foi Maldonado do Amaral, como seria de se supor caso a equivalência fosse “direta”. Fica claro, portanto, no fragmento a seguir, a intenção do autor de baralhar os episódios a fim de evitar, dentre os envolvidos, a associação imediata entre Augusto Frederico Schmidt e Maldonado do Amaral:

Já tenho até um nome para o movimento: Operação América Democrática. Quintiliano [Dantas] era bom nos títulos e slogans políticos. Tinha grandes idéias, pensava o Brasil em escala maior, tudo de grandioso que fez Saturniano tinha dedo dele. Era um homem grande, grande em todos os sentidos, nos defeitos e qualidades. (DOURADO, 1994, p. 70)

Seja através do “manto diáfano da fantasia” ou do relato da “cruela de uma realidade ameaçadora”, percebe-se que, para Autran Dourado, Augusto Frederico Schmidt era um homem “de grandes ideias”, que pensava o país “em escala maior”. Assim, em *Gaiola aberta*, o memorialista sente-se na obrigação de corrigir as informações “distorcidas” presentes nas recordações do ex-presidente: “É preciso que se retifique a versão do presidente Juscelino Kubitschek, num de seus livros de memória, sobre a Operação Pan-americana, a fim de que se faça justiça ao papel de Augusto Frederico Schmidt desde a sua inspiração” (DOURADO, 2000, p. 74). De forma transparente, Autran Dourado atribui a atitude ingrata de JK ao temor

de que a inteligência do poeta suplantasse sua visão política e ofuscasse suas realizações:

Passados mais de quarenta anos, lembrando esse episódio, chego à conclusão de que o motivo por que JK não nomeou o poeta foi, disfarçado de habilidade política, e de altas razões de Estado, a simples e humaníssima inveja. Se Schmidt tivesse ido para o Itamarati, por seu jeito de ser, pelo seu grande talento e presença, a grande figura da política externa brasileira seria ele e não o presidente. A OPA é realmente de quem a concebeu: Augusto Frederico Schmidt. (DOURADO, 2000, p. 92-93)

Em *JK: Memorial do exílio*, Carlos Heitor Cony também reconhece o importante papel de Schmidt na criação da Organização. Afirma o cronista: “Juscelino, (...) mesmo sem ter criado um projeto próprio para a política externa, lançara as bases para a Operação Pan-Americana, assessorado nem sempre brilhantemente pelo brilhante poeta Augusto Frederico Schmidt” (CONY, 1982, p. 10). A crítica de Cony encontra respaldo em outros memorialistas brasileiros, demonstrando que a atuação de Augusto Frederico Schmidt não foi uma unanimidade. Com seu sarcasmo habitual, o jornalista Paulo Francis, ao comentar, em *Trinta anos esta noite*, o breve período do governo João Goulart, dispara com ironia: “Quando Jango tomou posse naquele parlamentarismo artificial, Augusto Frederico Schmidt, poeta, *businessman* e Maquiavel de bolso, foi xeretar o governo Kennedy sobre reações possíveis a um golpe militar. Não gostaram dele” (FRANCIS, 1994, p. 97). Já Jorge Amado o critica como editor, acusando-o de não ter pago apropriadamente os direitos autorais referentes à publicação de *O país do carnaval*:

Quanto à venda [do romance], não podia me iludir: dos mil exemplares da edição Schmidt, eu próprio devo ter adquirido mais ou menos metade da tiragem para oferecer a amigos e conhecidos. Como não recebi direitos autorais, o poeta dublê de editor era bom de poesia, ruim de pagamento, a estréia em livro custou-me parte considerável das mesadas remetidas de Ilhéus pelo coronel João Amado. (AMADO, 1992, p. 182-183)

Polêmicas à parte, o fato é que tanto a obra de Carlos Heitor Cony quanto a de Autran Dourado configuram experiências bem-sucedidas na compreensão da eclética atuação de Juscelino Kubitschek, médico, político e diarista a servir de tema a biografias, memórias e romances destinados a

circunscrever o universo muitas vezes paradoxal de uma figura pública alçada à categoria de “mito” e que, justamente por isso, transita igualmente pelas esferas do vivido e do imaginado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O espaço biográfico*, a socióloga Leonor Arfuch, ao esmiuçar detalhes que caracterizam os diversos papéis da entrevista no mundo contemporâneo, afirma que o jornalismo, trabalhando a ideia de “testemunho”, exerce “(...) o direito de interrogação e de denúncia” (2010, p. 251). Sua missão, segundo a pesquisadora argentina, “(...) não é mais somente a de mostrar, indagar, dar a conhecer, mas a de revelar – e suprir – a ineficiência das instituições (...)” (p. 252). Através do ensaio biográfico de Carlos Heitor Cony e das memórias e romances de Autran Dourado sobre Juscelino Kubitschek, pode-se perceber o quanto há de “interrogação e denúncia” na obra do primeiro e de revelação da “ineficiência das instituições” na do segundo.

Nesta última, essa ineficiência se traduz em dilemas existenciais e morais a respeito do uso da política como meio de proporcionar estabilidade financeira para se dedicar integralmente ao fazer literário. Se tal “drama” não fez parte das cogitações de Cony, igualmente dividido entre o jornalismo e a literatura, para Autran Dourado a preocupação adquire importância capital, a ponto de o memorialista justificar sua atuação como assessor de imprensa do governo JK ao admitir, para o próprio presidente, seu interesse em um “(...) emprego não muito pesado, que me deixe as manhãs livres para que eu possa me dedicar com exclusividade aos meus romances (...)” (DOURADO, 2000, p. 8).

Eneida Maria de Souza percebe bem o “sentido de desgaste físico e emocional” (2011, p. 132) do convívio de Autran Dourado com o poder, desgaste que não é apenas do romancista, mas de Augusto Frederico Schmidt, de Josué Montello e do próprio Juscelino Kubitschek, imerso nas “névoas aquosas” que mal separam as indistintas fronteiras entre fato e ficção. Homem público que mantinha um diário secreto, empreendedor que faleceu em condições até hoje mal explicadas, Juscelino Kubitschek empregou escritores que futuramente fizeram dele uma mescla bem realizada de personagem literário e personalidade histórica, questionando os limites entre a atuação do homem e a força do mito.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CONY, Carlos Heitor. Adolpho Bloch. In: *Eu, aos pedaços*: memórias. São Paulo: Leya, 2010, p. 196-197.

CONY, Carlos Heitor; ANGELI. *O presidente que sabia javanês*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

CONY, Carlos Heitor. *JK: Memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982.

_____. *O ato e o fato*: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

_____. *Quem matou Vargas*: 1954 - uma tragédia brasileira. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. *Gaiola aberta*: tempos de JK e Schmidt. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *Um artista aprendiz*: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite*: 1964 – O que vi e vivi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 28-43.

SOUZA, Eneida Maria de. O avesso da escrita: intelectuais a serviço de JK. In: *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 119-135.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

Data de recebimento: 29 jul. 2013

Data de aprovação: 30 jan. 2014